

A PERCEÇÃO DO ALUNO DO CURSO DE PEDAGOGIA NOTURNO, DA UFC, ACERCA DA ADEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO DOCENTE ÀS SUAS ESPECIFICIDADES ENQUANTO TRABALHADOR¹

Joisilane Marques Duarte ²
Jecolia Remália de Moraes ³
Larissa Nascimento Borges ⁴
Messias Holanda Dieb ⁵

RESUMO

Há alguns anos as instituições de ensino superior brasileiras têm recebido um público muito diferente daquele que costumavam receber. Os alunos pertencentes à classe trabalhadora estão assumindo seus lugares nas faculdades e universidades, iniciando, com isso, um processo de rompimento de uma tradição elitista. Tendo em vista a nova configuração do Ensino Superior no Brasil e a importância da adaptação do planejamento didático às características e necessidades de seu novo público, consideramos relevante compreendermos até que ponto o professor, ao planejar suas aulas, tem sido inclusivo e tem levado em consideração o contexto no qual estão inseridos os seus alunos. Desse modo, este trabalho se propõe a verificar a percepção dos alunos do Curso de Pedagogia Noturno da UFC quanto ao planejamento de seus professores no que tange à adequação deste à sua realidade de trabalhadores-estudantes. Para isso, utilizamos um referencial teórico que perpassa a legislação que rege os direitos do trabalhador-estudante (Lei nº 7/2009), a democratização do ensino superior no Brasil na perspectiva de Comin; Barbosa (2011), Carvalhal (2009) e Almeida (1998) e sobre o planejamento docente com Libâneo (2001;2003). Neste trabalho, utilizamos a abordagem qualitativa de pesquisa e a aplicação de questionários e entrevistas como técnicas de construção de dados. Após a análise dos dados coletados, foi possível concluir que, na visão dos estudantes aqui pesquisados, o planejamento docente não é inclusivo no que se refere às especificidades do trabalhador-estudante. Os desdobramentos acerca desse processo de exclusão serão abordados a seguir.

Palavras-chaves: Educação, Trabalhadores-estudantes, Planejamento docente, Inclusão

INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória no Ensino Superior, mais precisamente, nos cursos noturnos de graduação, nos deparamos com a realidade de muitos alunos que necessitam conciliar os estudos com o trabalho. As dificuldades enfrentadas por esses alunos para atender às demandas de ambas as funções e ainda lidar com questões psicológicas ocasionadas pela impossibilidade de aproveitamento integral do que lhes é proposto em termos de formação acadêmica são quase que inevitáveis, dado o contexto de dupla e, por vezes, tripla jornada que

¹ Esta pesquisa foi realizada durante a disciplina de PESQUISA EDUCACIONAL I do curso de Pedagogia da Faced/UFC, sob a orientação do Prof. Dr. Messias Holanda Dieb.

² Graduanda no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC, joidarte@gmail.com

³ Graduanda no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC, jecolia.remalia@gmail.com;

⁴ Graduanda no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará –UFC, larissanborges@hotmail.com

⁵ Professor Orientador: Dr. Messias Holanda Dieb

os mesmos têm de enfrentar. É sabido, que o cansaço físico e mental pode atrapalhar o desempenho desses jovens e adultos e, por vezes, fazer com que eles, motivados por uma sensação de incapacidade, optem por abdicar dos estudos, visto que abrir mão do trabalho quase nunca é opção.

De antemão, salientamos que, neste trabalho, nos referiremos a essas pessoas como trabalhadores-estudantes, por compreendê-las na condição de cidadãos que, sobretudo, necessitam garantir sua subsistência, mas que desejam maior robustez em sua formação acadêmica e profissional e, por isso, buscam o ingresso nas faculdades e universidades públicas e privadas. Mesmo estando cientes de que essa é a realidade da maior parte dos alunos que cursam o Ensino Superior no período noturno, as instituições responsáveis por esse nível educacional ainda dão pouca visibilidade ao debate em torno das especificidades desse público e da necessidade de sua inclusão no ambiente acadêmico. Investigar essa questão se faz relevante devido ao fato de a possibilidade de ingresso no Ensino Superior noturno pela classe trabalhadora ser um fenômeno relativamente novo e em pleno crescimento. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP), houve uma expansão considerável da oferta de vagas num período de 15 anos, saindo de 4 milhões de vagas em 2003 para 7,8 milhões em 2014 (INEP, 2017).

Esse aumento se deu, especialmente, nas instituições da rede privada, mas também teve reflexos na rede pública de ensino. O início da democratização do acesso ao Ensino Superior foi tardio em nosso país, o que faz com que todas as problemáticas que o envolvem sejam novas e requeiram discussões a respeito de seu estabelecimento. A Universidade abriu suas portas para um novo público, proveniente em sua maioria das classes C, D e E⁶, possibilitou-lhe o ingresso e a matrícula, mas nem sempre tem sido capaz de colaborar com sua permanência.

Levando em conta esse novo cenário e tendo em vista a importância do planejamento didático para seu desenvolvimento, consideramos relevante compreendermos até que ponto o professor, ao planejar suas aulas, tem sido inclusivo e tem levado em consideração o contexto no qual estão inseridos os seus alunos. Desse modo, este trabalho se propôs a responder a seguinte questão: Como os alunos do Curso de Pedagogia Noturno da UFC percebem o planejamento de seus professores no que tange à adequação do mesmo à sua realidade enquanto trabalhadores-estudantes? Traçamos como objetivo: compreender a percepção dos

⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), classificam-se as classes sociais em conformidade com as faixas salariais, representando-as por meio das letras A, B, C e D. Sendo C quando a renda familiar estiver entre R\$2.040 e 5.100; D quando estiver entre R\$ 1.020 e R\$ 2.040 e E, quando for menor que 1.020.

trabalhadores-estudantes no que concerne a se considerarem ou não contemplados pelo planejamento didático de seus professores e para que possamos alcançá-lo discutiremos um referencial teórico que perpassa a legislação que rege os direitos e deveres do trabalhador-estudante, assim como, a democratização do Ensino Superior no Brasil e o planejamento docente.

METODOLOGIA

Como dito anteriormente, esta pesquisa buscou compreender a percepção dos trabalhadores-estudantes do curso de Pedagogia Noturno da UFC acerca do planejamento didático de seus professores. Tivemos como local de pesquisa a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED) e, como sujeitos, os referidos estudantes. Dado o caráter de nosso questionamento e, em prol de uma melhor compreensão dos dados obtidos, optamos pela utilização da pesquisa de abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa busca explicar realidades que não podem ser apresentadas de forma quantificada, pois, trabalha com “um universo de significados, motivos e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações.” (MINAYO, 1994, p.22). Ou seja, essa abordagem foca na significação de ações e relações, que não pode ser expressa em estatísticas, médias ou equações. Complementando Minayo, Stake (2011) nos traz que o significado deste método se constrói a partir da forma como o indivíduo percebe as coisas e as compreende por meio de suas vivências anteriores e tem maior foco na subjetividade das respostas. Desse modo, trabalharemos com as variadas possibilidades de respostas que podem advir dessa e tipo de abordagem.

Para a construção dos dados da pesquisa, distribuimos, nas salas do curso noturno de Pedagogia, 40 questionários, cada um contendo 10 questões a serem respondidas por estudantes que atendessem aos seguintes critérios: serem trabalhadores-estudantes e estarem matriculados em semestres variados. Com os questionários objetivávamos o levantamento dos dados mais crus dos sujeitos da pesquisa: seu perfil, sua carga horária de trabalho, suas dificuldades e suas sugestões.

Após análise e compilação dos dados obtidos nesse primeiro momento, elaboramos o roteiro das entrevistas, que continham 9 perguntas, com as quais objetivávamos compreender aquilo que os dados já levantados nos diziam. Para responder à entrevista, optamos por selecionar 4 estudantes, o que caracteriza 10% do total dos respondentes do questionário. Como questão ética da pesquisa, entregamos um termo de consentimento da entrevista para os

entrevistados, contendo a apresentação da pesquisa e seus objetivos, além da garantia de não exposição. Os entrevistados foram selecionados de acordo com o critério de carga horária de trabalho, para que pudéssemos realizar comparativos foi entrevistado um aluno com carga horária diária de trabalho de 4hrs, um de 6hrs, um de 8hrs e outro sem carga horária de trabalho definida (autônomo).

A respeito do uso de entrevistas, Marconi e Lakatos(2003, p.195) afirmam que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Para facilitar nossa análise, gravamos e transcrevemos as quatro entrevistas. Nessa fase de codificação, optamos por analisar as transcrições individualmente (cada membro do grupo se responsabilizou por uma ou duas delas) e, posteriormente, coletivamente, comparando os dados, compreendendo o que mais foi ressaltado, as divergências nas respostas e o que serviria como insumo para que pudéssemos responder à nossa questão. Com isso, classificamos os dados obtidos através de análise e comparação e os categorizamos para confrontarmos com a nossa fundamentação teórica.

DESENVOLVIMENTO

Como mencionado anteriormente, em um período de 15 anos ocorreu um aumento considerável da oferta de vagas em instituições públicas e privadas de ensino superior em todo o país. Dentre essas vagas contabilizam-se aquelas destinadas aos cursos noturnos de graduação que recebem, especialmente, pessoas na condição de estudantes-trabalhadores ou de trabalhadores-estudantes. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD – IBGE), expressos na tabela a seguir, as vagas nas faculdades públicas e, especialmente, nas privadas, cresceram e atingiram, sobretudo, a população ocupada.

TABELA I

Horas despendidas semanalmente no trabalho principal entre os estudantes de graduação (1995-2009)

| | 1995 | 2001 | 2009 |
|---------------|-------|-------|-------|
| Não trabalham | 35,9% | 35,0% | 31,4% |
| Até 19 horas | 4,3% | 3,65% | 3,4% |
| 20-29 horas | 10,7% | 11,3% | 9,5% |
| 30-39 horas | 11,5% | 10,1% | 11,2% |

| | | | |
|------------------|-------|-------|-------|
| 40 horas ou mais | 37,6% | 40,1% | 44,6% |
| Total | 100% | 100% | 100% |

Fonte: IBGE (2010).

De acordo com Comin e Barbosa (2011), na década de 1990 os níveis de desemprego cresceram de forma bastante significativa, o que impulsionou os jovens e adultos a voltarem aos estudos numa crescente busca pela empregabilidade. Segundo os autores, “o aquecimento do mercado de trabalho e o aumento da renda dos mais pobres lhes infundiram otimismo e renda para suportar a árdua convivência das jornadas extensas de trabalho com o estudo noturno” (p. 94). A possibilidade de ingresso desse trabalhador-estudante no Ensino Superior, que ora chamamos de “democratização”, se deu da seguinte forma:

A estratégia básica no momento inicial foi a de estimular a oferta por meio de instituições privadas, seguida de uma flexibilização na oferta de cursos, criando alternativas ao bacharelado convencional de quatro anos, através de cursos sequenciais, tecnológicos e à distância. Grosso modo, até então, as universidades públicas atenderam às demandas educacionais das classes médias e altas; ao setor privado em expansão coube crescentemente a missão de absorver estudantes provenientes de estratos de renda inferiores, adequando-se a seus reduzidos orçamentos. O crescimento do setor privado fortaleceu, assim, a provisão de educação superior, através de cursos de baixo custo, em geral voltados às humanidades, ao direito e à administração. A oferta de cursos das chamadas “ciências duras”, como engenharia, medicina, física, biotecnologia e química, permaneceu, majoritariamente, sob iniciativa das universidades públicas (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 76).

Além disso, contribuíram para impulsionar esse processo de democratização as políticas públicas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que financia a graduação em instituições privadas; o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que possibilita o ingresso em instituições públicas por meio da nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas integrais e parciais a estudantes de baixa renda em universidades particulares.

Cabe também mencionar os programas que buscam colaborar com a permanência do estudante na Academia, como é o caso dos auxílios emergenciais, das residências e dos restaurantes universitários.

O estatuto do trabalhador-estudante

O Estatuto do trabalhador-estudante foi uma das medidas pensadas para a democratização da qual aqui falamos. Embora muitos ainda não saibam da sua existência, ele foi elaborado com a intenção de pôr às claras os direitos daqueles que exercem outra profissão

além da de estudante. Aprovado pela lei nº 7, de 12 de Fevereiro, de 2009 e integrado ao Código do Trabalhador, na subsecção VIII, o estatuto faz, em seu artigo 79º (2009), a seguinte definição: “considera-se trabalhador-estudante aquele que presta atividade sob autoridade e direção de outrem e que frequenta qualquer nível de educação escolar, incluindo cursos de pós-graduação, em instituição de ensino”.

É sabido que conciliar trabalho e estudo não é tarefa fácil e isso se agrava ainda mais quando há a necessidade de conciliar também a educação e o cuidado com os filhos e a casa, por exemplo. De acordo com Carvalhal (2008, p. 5), “o lado psicológico do estudante sofre transformações diante de tantas questões pendentes a resolver: financeira, preocupação com os estudos, cansaço físico associado a um dia estressante de trabalho”. Para Almeida (1998), todas essas questões corroboram para um declínio da qualidade de vida dessas pessoas.

Esse é o perfil da maior parte dos alunos matriculados nos cursos de graduação noturnos das faculdades públicas e particulares do Brasil: jovens e adultos que lutam para conciliar duplas e, por vezes, triplas jornadas, de forma que os permita atender de modo consistente às demandas que delas provêm. Foi visando essa necessidade de conciliação e de encontrar meios que possibilitassem a permanência do trabalhador-estudante nas escolas e universidades, que o Estatuto do trabalhador-estudante foi inserido no Código do Trabalho, Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro de 2009. De modo geral, esse estatuto busca priorizar o pleno exercício da atividade de estudante, esclarecendo “concessões” que o empregador deve realizar.

Um exemplo disso é a dispensa do trabalho, ao qual o trabalhador-estudante tem direito para realizar suas provas. Em seu inciso 3, artigo 90º, o Estatuto (BRASIL, 2009) mencionará que o estudante dispõe do direito à:

- a) Três horas semanais para período igual ou superior a vinte horas e inferior a trinta horas;
- b) Quatro horas semanais para período igual ou superior a trinta horas e inferior a trinta e quatro horas;
- c) Cinco horas semanais para período igual ou superior a trinta e quatro horas e inferior a trinta e oito horas;
- d) Seis horas semanais para período igual ou superior a trinta e oito horas.

Embora o referido Estatuto seja favorável ao estudante no exercício de suas funções como tal e no atendimento satisfatório de suas demandas, sabemos que essa lei não é tão levada a sério quanto deveria e nem tem a aplicação que lhe é exigida. As empresas, em sua maioria, não fazem tantas concessões quantas são de direito do trabalhador-estudante. Isso ocorre tanto por falta de conhecimento da lei, quanto por falta de vontade de aplicá-la. Dessa

forma, cabe à Universidade, como instituição democrática e inclusiva, compreender a realidade desses alunos e possibilitar-lhes a viabilidade de uma formação consistente.

Para isso, é necessário que se compreenda que a subsistência dessas pessoas depende de seus trabalhos e que não há a possibilidade de que estes sejam negligenciados em prol das demandas da Universidade. Levando em consideração que a educação superior hoje se configura como um direito universalizado, cabe as instituições que a oferecem garantir que seus trabalhadores-estudantes disponham das adaptações a suas necessidades, de modo a conseguirem não apenas obter seus diplomas, mas também, uma formação teórica densa e capacitação para o mercado de trabalho. Ao dizer isto, não buscamos, claro, isentar esses trabalhadores da responsabilidade de lutarem por seus direitos.

Planejamento didático

Levando em conta tudo o que foi dito anteriormente, consideramos que a relação entre formação acadêmica e trabalho necessita ser analisada não apenas no que diz respeito a horários compatíveis que atrapalham o desenvolvimento de uma ou outra atividade, mas também no tocante a metodologias específicas. Por isso, realizamos uma breve reflexão acerca do planejamento docente e da forma como ele pode refletir na vida acadêmica do trabalhador-estudante. Isso se justifica porque, segundo Libâneo (2001, p.123), planejamento consiste numa "atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos de avaliação." Dessa forma, em se tratando do âmbito educacional e pedagógico, o planejamento busca conceber métodos de ensino e aprendizagem, partindo de uma intencionalidade educativa, com o envolvimento de objetivos, conteúdos, valores e percepções de mundo.

É importante esclarecer que planejamento de ensino não equivale ao plano de aula, embora esse último esteja contido no primeiro. O planejamento irá se ocupar de pensar aspectos mais gerais da prática pedagógica institucionalizada, tais como: ementa, objetivos de ensino, conteúdos, avaliação e recursos. Em contrapartida o plano de aula é um documento no qual se coloca aquilo que se planejou de uma forma mais micro, cotidiana, explicitando os conteúdos, estratégias, recursos e objetivos de cada aula. Sabemos pela nossa experiência como alunos e também como professores em formação, que planejar o ensino de forma inclusiva, oportunizando a todos um nível de experiências educacionais semelhante, respeitando suas subjetividades e sendo empáticos com suas limitações, não é tarefa fácil. É

um exercício de tirar do papel teorias das quais muito se falam na Academia e pô-las em prática, é ser capaz de ser flexível e democrático sem cair na indulgência em demasia.

Pondo em foco os sujeitos dessa pesquisa e suas especificidades, vislumbramos uma necessidade pouco discutida, mas bastante óbvia de adaptações na forma de planejar as atividades pedagógicas no Ensino Superior. Para Haidt (1999), ao planejar sua aula o professor deve levar em conta primeiramente as características do público ao qual se refere, além de refletir sobre os recursos dos quais pode lançar mão, definir objetivos, conteúdos, procedimentos e métodos avaliativos adequados. Neste estudo nos interessa, sobretudo, a preocupação que Haidt (1999) indica que tenhamos com as características do público-alvo da ação educativa. É nesse ponto que pretendemos centrar nossa atenção e fazer nossa análise.

Contextualizando essa afirmativa, um planejamento didático que se destine a trabalhadores-estudantes, por exemplo, deve ser concebido levando em consideração as especificidades dessas pessoas: sua disponibilidade de tempo reduzida, seus horários, por vezes compatíveis com os do curso, suas dificuldades de acompanhamento das atividades extraclasse, dentre outros aspectos já aqui mencionados. Assim, um planejamento que não considere essas nuances em sua concepção não atenderá a seus objetivos ou, no mínimo, não o fará sem ocasionar frustrações e ansiedades no público ao qual se destina. Para que a ação educativa seja planejada de modo empático e inclusivo, o professor deve assumir uma postura minimamente democrática, conhecer seus alunos e respeitá-los em suas limitações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados

Como foi dito anteriormente, nesta pesquisa, lançamos mão de questionários e entrevistas para que pudéssemos realizar a construção dos dados ora analisados. Desde o princípio de nossa análise percebemos que se delineava muito claramente nas respostas dos pesquisados o perfil do trabalhador-estudante do qual tanto falamos ao longo desse estudo, ou seja, do indivíduo que tem como ocupação principal a de trabalhador, sendo esta a que toma maior parte de seu tempo e que, em segunda instância, exerce a função de estudante. Isso se mostra claro no momento em que nos deparamos com a seguinte constatação: de um total de 40 respondentes dos questionários, 31 trabalham entre 6 e 9 horas por dia.

Vimos emergir das repostas dos participantes percepções que iam desde o currículo do curso até o planejamento docente, que é nosso foco principal, e perpassavam até mesmo questões referentes a autogerenciamento.

Quando questionados se consideravam o currículo do curso de Pedagogia noturno da Universidade Federal do Ceará inclusivo e/ou adequado em relação a sua realidade de trabalhadores-estudantes, todos os entrevistados responderam que não. Para justificar a negativa, 50% dos respondentes pontuaram, principalmente, os empecilhos encontrados para cursar a disciplina de Estágio Obrigatório, uma vez que, na grade vigente, este deve ser realizado obrigatoriamente na Educação Infantil. A principal problemática em questão se dá pelo fato de a Educação Infantil ser ofertada nas escolas e creches, unicamente, nos períodos da manhã e/ou tarde, horários nos quais a maior parte dos respondentes está trabalhando. Sobre essa questão, um dos sujeitos entrevistados, aqui chamado de sujeito X, respondeu:

“Devia ser reformulado, por que, no caso, eu vou ter que sair do emprego pra fazer os estágios, só que financeiramente eu só dependo de mim, então como é que eu vou sair do emprego pra fazer os estágios? E minhas contas? E minha renda como é que fica?” (Sujeito X)

Dessa forma, levando em consideração o perfil do trabalhador-estudante, percebe-se que o currículo atual mostra-se, por vezes, excludente. Ter de escolher entre a formação superior e o trabalho é uma realidade enfrentada por esses estudantes, o que vai contra seus direitos constitucionais. A Universidade Federal, como instituição de Ensino pública deve oferecer as condições mínimas necessárias não só para inserção dos alunos, mas também e principalmente para sua permanência e formação consistente.

No que diz respeito ao planejamento docente, a maioria dos pesquisados afirmou não se sentir contemplado pelo mesmo. Quando indagados acerca do porquê dessas afirmativas, os sujeitos levantaram questões como a quantidade e a qualidade dos trabalhos e atividades solicitados pelos professores e a inflexibilidade em relação aos prazos de entrega dos mesmos. É bem verdade que para o público aqui em questão um número excessivo de atividades e/ou provas não garante uma formação consistente e completa como se pode argumentar. Essa prática pode, na verdade, acarretar numa série de lacunas, já que, ainda que entreguem o que foi pedido dentro do prazo, os estudantes podem estar inclinados apenas à elaboração monótona de exercícios sem necessariamente atribuir um significado ou relevância ao que produzem. O sujeito Y, por exemplo, apontou que:

“Então, infelizmente as vezes eu me pego muito dispersa, não por querer, mas por estar com muito sono, por estar extremamente cansada da rotina, porque trabalhar em duas escolas, embora na segunda não seja todos os dias, é... requer uma disposição muito grande né, sua, e ai nem sempre eu consigo acompanhar os ritmos das disciplinas, nem sempre eu consigo estudar todos os textos mas eu faço o que eu posso né, o máximo que eu posso.” (Sujeito Y)

Partindo disso, como já foi discutido nas pautas anteriores, quando o professor vai construir seu planejamento didático deve, sobretudo, pensar acerca do perfil dos estudantes para os quais ele ministrará sua aula. Dessa forma, é indispensável que o docente adeque seu

planejamento o máximo possível à realidade de seus alunos de forma que suas práticas alcancem a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista tudo o que foi pontuado até aqui e tomando por base a nossa fundamentação teórica e os dados obtidos por meio dos questionários e das entrevistas, concluímos que há ainda muito o que ser repensado na prática dos professores e da Universidade como um todo no que se refere à democratização do ensino e acessibilidade ao trabalhador-estudante. Percebemos dissonâncias alarmantes entre o que se pretende e o que se realiza no curso noturno de Pedagogia. Nas falas de nossos entrevistados evidenciam-se grandes equívocos no modo de pensar a formação profissional e acadêmica desses alunos.

O maior desses equívocos é considerar que um enorme volume de trabalhos, que levam os estudantes que trabalham longas horas por dia a perderem seus momentos de descanso para darem conta da demanda, ou atividades que exigem do aluno ausentar-se do trabalho e ser obrigado a fazer horas-extras em seu tempo livre para compensar sua ausência são eficazes no que diz respeito à aprendizagem. Não há eficácia nisso, não há aprendizagem efetiva nessas condições, há apenas um esforço sem precedentes para entregar a tempo aquilo que foi solicitado. É claro, contudo, que não se pode abrir mão, em um curso de graduação, de atividades avaliativas.

É necessário, pois, que ao planejar essas atividades o professor reflita sobre sua relevância e sobre o contexto nos quais se inserem aqueles a quem elas se destinam. Vimos, através dos relatos colhidos que, por vezes, os professores parecem não medir a relevância daquilo que solicitam aos alunos e acabam exigindo a elaboração de atividades extensas que em nada acrescentam, das quais os alunos nunca obtêm retorno. Além do teor das atividades, deve-se pensar também na forma como elas serão exigidas, nos prazos que serão dados e no momento em que os alunos serão informados de que as precisarão elaborar. Para além da entrega de atividades, é crucial que se assuma uma postura mais flexível durante as aulas também. Exigir pontualidade desses alunos, por exemplo, é excluí-los do processo e fechar os olhos para suas realidades. Cristalizar percepções e juízos de valor, taxando um ou outro de disperso ou desinteressado é outra forma de fazer isso.

Por fim, é de grande relevância que enfraqueçamos o discurso levantado em defesa da meritocracia, já que esta deposita unicamente sobre o sujeito o total controle por tudo que lhe acomete, deixando somente a seu encargo a responsabilidade pelo seu sucesso ou

insucesso. Basta andar pelos corredores das Instituições de ensino superior para notar o quão corriqueira é a fala de que o estudante precisa perder horas de sono, abdicar de momentos de lazer e dedicar o quanto tempo puder ao estudo para, então, ser bem sucedido academicamente. É fato que o esforço pessoal e a dedicação são essenciais, mas existem aspectos bem mais profundos nessa discussão e, em se tratando de trabalhadores-estudantes, o discurso meritocrático pode acabar promovendo a exclusão desse grupo e ignorando a desigualdade social que não disponibiliza as mesmas condições de acesso para todos. Além disso, independente da força de vontade ou do empenho de qualquer indivíduo, quando estamos sujeitos a condições inapropriadas nossa aprendizagem tende a ser prejudicada.

Por fim, evitemos a compreensão errônea de que densidade diz respeito à quantidade e a tendência a considerar que quanto mais enxertado de atividades avaliativas o planejamento estiver, mais eficaz ele será. No caso do trabalhador-estudante, a inviabilidade de atender às demandas de um planejamento desse tipo leva à desmotivação, à ansiedades e, em casos mais extremos, à evasão. O planejamento didático deve atender ao objetivo de possibilitar aprendizagens e isso não ocorre quando o aluno tem suprimidas até mesmo suas horas de sono para atender às demandas do mesmo. Essa compreensão de planejamento democrático e inclusivo deve ser acessada pelos professores desde o momento de sua formação. É imprescindível, portanto, que o profissional docente termine sua graduação sabendo da importância do planejamento didático e de sua influência no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em qualquer nível educacional.

Todos os cursos de licenciatura, das faculdades públicas e particulares, têm em suas grades curriculares disciplinas de didática que introduzem os alunos nas questões que envolvem planejamento de ensino. A importância de que assim seja se justifica no fato de que o professor (independente do nível educacional no qual leciona) deve não apenas dispor de profundo conhecimento conteudístico mas, também, de embasamento pedagógico suficiente para tornar o aprendizado mais eficaz (SILVA; BORBA, 2011). Nossa pesquisa foi realizada em um curso de formação de professores, por isso, consideramos que refletir qual é a melhor forma de planejar e o modo mais eficaz de alcançar os alunos aos quais o planejamento se destina é imprescindível para que possamos evoluir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Sinópses estatísticas da educação superior – graduação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível

em:<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

CARVALHAL, Márcia. **A Arte de Trabalhar e Estudar**. Bahia, 2008.

COMIN, Álvaro A; BARBOSA, Rogério Gerônimo. **Trabalhar para Estudar: Sobre a Pertinência da Noção de Transição Escola-Trabalho no Brasil**, São Paulo, 2011.

FONSECA, J.J.S. Metodologia da pesquisa científica. UEC. 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=oB5x2SChpSEC&printsec=frontcover&dq=Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%ADfica,+fonseca&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj3NPtII3iAhWcH7kGHYXkDyAQ6AEIKDAA#v=onepage&q=Metodologia%20da%20pesquisa%20cient%C3%ADfica%2C%20fonseca&f=true>> Acesso em: 9 de junho de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 3ªed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

MARQUES, Beatriz S.; SILVA, Marco A. C. Trabalhadores-alunos: motivações e desafios que configuram um cenário de luta. **I EIGEDIN**, Naviraí, 2017. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/download/4337/3886>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MINAYO, M. Cecília de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S.F.; CRUZ, O.N.; MINAYO, M.C.S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

SILVA, Regina N. da; BORBA, Ernesto O. **A importância da didática no Ensino Superior**. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/11/10/outros/75a110bfebd8a88954e5f511ca9bdf8c.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. São Paulo: Penso, 2011.